

UNIDADE 6

A liberalização política

Carla Maria Junho Anastasia

Alguns autores chamam o processo gradual de encerramento do regime militar no Brasil de redemocratização ou “transição democrática”, cujo significado é passar de uma ordem autoritária para uma outra de caráter democrático. Outros autores preferem utilizar o termo liberalização política, isto é, a passagem de governos autoritários para um regime de liberdades individuais e políticas que garanta os direitos naturais do cidadão – a garantia de vida, de segurança, de expressão, de viajar para onde quiser, de se associar em organizações sindicais, comunitárias, religiosas – e também seus direitos políticos – eleger seus representantes e também poderem ser eleitos.

Todo processo de transição é, por natureza, contraditório. Isso porque várias características dos regimes autoritários sobrevivem ao mesmo tempo em que novos elementos, definidores de regimes com liberdades individuais e políticas, vão aparecendo. Esse processo, quase sempre gradual, do surgimento

de elementos característicos de regimes de liberdades deve ser denominado processo de liberalização política. Como você vai perceber, ao longo desta unidade a ideia de um processo de liberalização política no Brasil pós-1974 é mais correta do que a ideia de “transição democrática”. A ideia de democracia pressupõe alguma coisa a mais do que a liberdade política. Alcançar a democracia no Brasil significa também dar oportunidades sociais e econômicas a todos os cidadãos, o que, como você sabe, está engatinhando em nosso país.

Contudo, também é possível que, com o avanço das liberdades individuais e políticas, o país tome consciência da necessidade de transformações nos campos econômico e social, particularmente a desconcentração de renda e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos brasileiros. Por isso, o processo de liberalização política é tão importante e muitas vezes chamado de transição democrática.

6.1 O governo Geisel: o início do processo de distensão

O projeto de abertura do regime foi construído pelos próprios militares. A abertura teve seu início no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e foi denominada distensão. Por distensão, entenda-se uma pequena abertura, após o autoritarismo excludente do governo Médici. De acordo com o projeto dos militares, a inclusão política dos diversos setores da sociedade civil deveria ser “lenta, gradual e segura”. Entretanto, apesar do projeto dos militares, a forma como se deu o processo de abertura dependeu das pressões da sociedade. Isto é, a maneira pela qual se fez a abertura não foi aquela pensada pelos militares. Muitas vezes, as pressões da sociedade conseguiram avançar além do projeto inicial pensado pelo regime militar, tornando esse processo bastante contraditório.

Para garantir a abertura, os militares tiveram de adotar medidas para, gradualmente,

pôr um fim às decisões arbitrárias tomadas desde 1964 e, ao mesmo tempo, tiveram de criar outros instrumentos legais de controle para impedir que, com o fim da legislação de exceção, a oposição tomasse o poder.

A intensa repressão do governo Médici, com a generalização das perseguições políticas, da tortura, da cassação de mandatos e da censura inconsequente, chocava a opinião pública tanto nacional quanto internacional. Apesar dos resultados econômicos obtidos no período denominado “milagre brasileiro”, dos dividendos angariados pelo regime com a conquista do tricampeonato de futebol e da intensa publicidade em torno de um Brasil-potência, as críticas ao regime avolumavam-se.

Aconselhado pelo general Golbery do Couto e Silva, o presidente Geisel, disposto a dar uma nova feição ao regime militar, decidiu pela distensão, iniciando-a com uma reforma

eleitoral que permitia a liberdade da propaganda eleitoral para os dois partidos, extinta desde o Ato Institucional n. 5. Essa reforma atendia não só ao desejo da oposição como também não colocava em risco, na perspectiva dos militares, o projeto de abertura.

O MDB, partido de oposição, tinha apresentado fraco desempenho nas eleições de 1970, e os analistas políticos do regime não acreditavam em uma vitória da oposição nas eleições de 1974. Não obstante o prognóstico dos analistas, o MDB conseguiu eleger 16 senadores nas 22 cadeiras disputadas, aumentou

sua bancada na Câmara Federal para 44% (a Arena, partido que apoiava o regime militar, tinha conseguido, em 1970, 72% das cadeiras da Câmara Federal) e foi o partido majoritário em seis Assembleias Estaduais.

Em junho de 1976, foi aprovada a Lei Falcão, a qual restringia o uso dos meios de comunicação pelos candidatos a cargos eletivos. Por essa lei, os candidatos eram impedidos de falar no rádio e na televisão. A propaganda eleitoral restringia-se à exibição de um retrato, à sigla do partido e à leitura do currículo do candidato.



Figura 16: Charge sobre a Lei Falcão

Fonte: Disponível em almanaque da comunicação. com. br Acesso: 24 jul. de 2011.

Apesar da Lei Falcão, o MDB conseguiu bons resultados em 1976, principalmente nas grandes cidades brasileiras. O presidente Geisel foi comunicado, pelos órgãos de informação do regime que, se o MDB repetisse nas eleições de 1978 os resultados que tivera em 1974 e 1976, a abertura lenta, gradual e segura estaria ameaçada.

Geisel havia enviado para o Congresso um projeto de reforma do Judiciário que foi vetado. Irritado, fechou o Congresso nos primeiros dias do mês de abril de 1977 e editou um conjunto de mudanças na Constituição que ficaram conhecidas por "Pacote de Abril". Para impedir a vitória da oposição nas eleições de 1978, foram tomadas as seguintes medidas:

- manutenção da eleição indireta para governador pelo Colégio Eleitoral;
- eleição indireta de 1/3 do Senado pelo mesmo Colégio Eleitoral responsável pela escolha dos governadores, para garantir o controle do partido da situação;
- eleição direta de 1/3 dos senadores, permitindo-se a sublegenda, o que favorecia a união das facções da Arena;
- eleição para a Câmara Federal (420 cadeiras) voltou a ser proporcional à população dos estados e não mais ao tamanho do eleitorado, como era em 1970 e 1974, visando a aumentar a bancada do Norte e do Nordeste, onde a Arena tinha força eleitoral;
- redução do quorum constitucional de 2/3 para maioria simples, buscando-se evitar que o MDB vetasse emendas à Constituição; e
- manutenção da Lei Falcão.

Em parte, o Pacote de Abril rendeu resultados favoráveis ao regime militar. A Arena conseguiu maioria no Senado e elegeu os governadores nos estados brasileiros considerados os mais importantes. Contudo, o MDB conseguiu bons resultados na Câmara e elegeu 45% dos deputados federais.

A Lei Falcão e o Pacote de Abril, medidas que revelavam as tentativas do governo Geisel de conter um processo de abertura diferente do projeto pensado pelos militares, desagradaram os brasileiros. A sociedade civil movimentava-se exigindo a imediata liberalização do regime. Quanto mais a sociedade se agitava, mais acuados ficavam os militares, especialmente os da linha-dura, que respondiam com violência aos atos favoráveis à liberalização.

No final de seu governo, o general Geisel aprovou a principal medida política da "abertura": a revogação do AI-5, que deixaria de vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979. Com essa medida, foram aprovados o fim das cassações, o fim das suspensões dos direitos políticos, o fim da pena de morte, banimento e prisão perpétua e o restabelecimento do *habeas-corpus* para crimes políticos.

6.2 O governo Figueiredo



Figura 17: Tancredo lê o discurso após a vitória no Colégio Eleitoral em 1985.

Fonte: Disponível em veja.abril.com.br Acesso: 24 jul. 2011.

Geisel foi sucedido na presidência da República pelo general João Baptista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). O grande temor dos militares era perder a direção e o controle do processo de abertura política, com o agravamento da crise econômica e o crescimento e o fortalecimento da oposição. Além disso, existiam sérias divergências internas nas Forças Armadas sobre a condução da abertura: havia militares que não aceitavam definitivamente passar o poder para os civis, outros que defendiam uma transição negociada com os civis. Prevaleceu a abertura controlada e restrita, explicitada pela tímida Lei de Anistia e pela adoção do pluripartidarismo.

Apesar da intensa campanha pela "anistia ampla, geral e irrestrita", o Congresso aprovou uma lei limitada em 22 de outubro de 1979, pois excluía os condenados por crime de terrorismo, assalto e sequestro, apesar de incluir militares culpados por crimes de tortura, sequestro e assassinato de oposicionistas.



Figura 18: Manifestação em favor da anistia –

Fonte: www.abril.com.br Acesso 24 jul. 2011.

Como sempre assombrados pelo êxito eleitoral do MDB e temerosos pelas possibilidades do partido de oposição nas eleições para o Congresso, que iria eleger em 1982 o próximo presidente, os militares aprovaram uma Nova Lei Orgânica dos Partidos, em novembro de 1979. Essa lei extinguiu o bipartidarismo, que havia sido adotado após o golpe político civil e militar de 1964, e adotou o pluripartidarismo com o objetivo de enfraquecer o MDB. Na perspectiva dos militares, um número maior de partidos poderia tirar eleitores do MDB e enfraquecer a oposição.

A Arena e o MDB foram substituídos pelos seguintes partidos políticos:

- Partido Democrático Social (PDS), antiga Arena, que concentrou a maior parte dos conservadores e da direita. Continuou sendo o partido da situação, de apoio ao governo militar;
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que congregou setores liberais, facções e setores de esquerda. Manteve-se como partido de oposição moderada;
- Partido dos Trabalhadores (PT), a grande novidade na história dos partidos políticos brasileiros, ligado ao “novo sindicalismo” e que propunha uma alternativa socialista para o Brasil. Transformou-se no partido de oposição mais radicalizada ao governo;
- Partido Popular (PP), partido de tendência liberal, liderado por Tancredo Neves e que, no governo Figueiredo, fundiu-se ao PMDB;
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas no fim do Estado Novo, a sigla foi apropriada por Ivete Vargas;
- Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido criado por Leonel Brizola, uma vez que perdeu na justiça o direito de se apropriar da sigla PTB, de que era um membro histórico; e
- Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Além dessa manobra, o governo editou um outro “pacote eleitoral” proibindo as coalizões eleitorais e a vinculação eleitoral e impedindo, assim, que os partidos recém-criados se aliassem contra o partido do governo, agora chamado PDS.

Novamente, o governo conseguiu, em parte, os seus objetivos. Nas eleições de 1982, o PDS manteve o controle do Senado e da Câmara Federal, conseguindo conquistar 235 das 479 cadeiras. Entretanto, os partidos de oposição, em seu conjunto, conquistaram a maioria das cadeiras, elegendo 245 deputados. O PDS conseguiu eleger 12 governadores, e a oposição conquistou o governo de 11 estados.

Após as eleições de 1982, começaram imediatamente as articulações políticas em torno da próxima sucessão presidencial, que seria indireta e estava marcada para novembro de 1984. Contudo, dessa vez, as oposições é que iriam tentar a mudança nas regras do jogo. O fortalecimento da oposição e do movimento sindical já havia criado condições para uma mobilização popular em defesa das eleições diretas.

6.2.1 A reação da linha-dura

Desde os primeiros anos do governo Geisel, a chamada “linha dura” das Forças Armadas já se indisponha com o processo de distensão anunciado pelo presidente. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi preso e assassinado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Os militares insistiram na versão de que o jornalista teria se suicidado, não obstante as inúmeras manifestações públicas de repúdio ao assassinato de Herzog.

Em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho também foi assassinado no DOI-CODI e novamente apresentaram a versão de suicídio. Entretanto, dessa vez, Geisel enfrentou os oficiais da “linha dura” e demitiu o general Ednard D’Ávila do comando do II Exército, responsável pelo DOI-CODI, tentando evitar mais crimes nos órgãos de repressão e preservar a imagem do regime militar e sua autoridade pessoal.

Contudo, o processo de distensão, inaugurado pelo presidente Geisel, desagradava profundamente tanto os setores militares da “linha-dura” quanto os de extrema-direita que buscavam tumultuar o processo com atos terroristas como explosões de bombas e sequestros.

No governo Figueiredo, um grupo paramilitar, formado por civis e militares de ultra-direita, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), foi responsável por depredações, atentados a bombas, incêndios em bancas de revistas. O CCC tinha como alvos principais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o Comitê Brasileiro pela Anistia e as Comunidades Eclesiais de Base, entidades historicamente contrárias ao regime militar.

Em agosto de 1980, uma carta-bomba destinada ao advogado Seabra Fagundes explodiu quando foi aberta pela sua secretária,

Lydia Monteiro, matando-a. Esse atentado foi uma represália à Ordem dos Advogados do Brasil que havia solicitado ao DOI-CODI uma sessão de reconhecimento de alguns de seus componentes, acusados de terem sequestrado o jurista Dalmo Dallari em julho daquele mesmo ano.

O caso mais grave dessa reação da “linha-dura” foi o do Riocentro. Um grupo militar de ultra-direita resolveu fazer um atentado a bomba no show comemorativo do 1º de maio de 1981, a ser realizado no Riocentro, onde deveriam comparecer aproximadamente vinte mil pessoas. Várias bombas foram colocadas no local. Contudo, a primeira explosão se deu no interior de um automóvel Puma, ocupado por dois agentes do DOI-CODI do 1º Exército, matando um deles instantaneamente e causando ferimentos graves no segundo.

O caso Riocentro deixou patente a participação de militares nos atentados contra o pro-



cesso de abertura do regime. Em razão desse episódio, o general Golbery de Couto e Silva, estrategista do processo de abertura e, à época, Chefe da Casa Civil do governo Figueiredo, renunciou ao cargo. Golbery não concordava com a forma como as investigações estavam sendo conduzidas pelo Exército. O caso Riocentro ficou encoberto até sua reabertura em 1999.

▲
Figura 19: O Puma explodido com os agentes do DOI-CODI
Fonte: Disponível em <http://www.infoescola.com.br> Acesso: 24 jul. 2011.

6.3 O novo Sindicalismo

Nem mesmo durante o chamado “milagre brasileiro”, a classe trabalhadora, como um todo, foi beneficiada à medida que a crescente produtividade das indústrias foi traduzida em aumentos salariais. Assim, a situação da maioria dos trabalhadores foi chegando a um ponto insustentável.

Entre 1974 e 1976, ocorreram vários quebra-quebra de ônibus e de trens. Em 1977, no Rio de Janeiro, os operários da construção civil revoltaram-se contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos e destruíram os alojamentos e cantinas nas obras. Mas essas não foram manifestações organizadas, dirigidas pelos sindicatos.

Ao mesmo tempo em que essas manifestações espontâneas aconteciam, surgia no país o chamado “novo sindicalismo”, com o renascimento do movimento sindical a partir da atuação, nas comissões de fábricas, de antigas lideranças sindicais e da Pastoral Operária. Essa atuação contribuiu para o fortalecimento do movimento operário nos seus locais de trabalho.

O novo sindicalismo surgiu ligado principalmente às chamadas indústrias de ponta, isto é, indústrias que utilizam tecnologia mais avançada, como as do ABC paulista. Os novos sindicalistas defendiam a autonomia sindical, ou seja, defendiam a negociação de suas reivindicações diretamente com os patrões, sem a interferência do Estado. Enfim, esses sindicalistas buscavam escapar das amarras das estru-

turas corporativas implementadas no Brasil no pós-1930. Defendiam ainda o reconhecimento legal dos seus representantes nas fábricas – os delegados sindicais – e lutavam por aumentos salariais. Reconhecia, entretanto, a setorização econômica e, diferentemente dos antigos militantes, exigiam aumentos sindicais proporcionais à produtividade de cada ramo. O novo sindicalismo revelou uma das maiores lideranças políticas das últimas décadas – Luís Inácio Lula da Silva.

Nos anos de 1978 e 1979, os movimentos grevistas recomeçaram no país, eclodindo principalmente em Osasco, São Paulo, e em Contagem, no estado de Minas Gerais. Em 1980, com a nova lei orgânica dos partidos, surgiu, no cenário político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores, o PT, intimamente ligado ao novo sindicalismo.

O propósito de reorganizar o movimento operário e sindical continuava. Em 1981, foi realizada a I Conferência das Classes Trabalhadoras, a CONCLAT, que pretendia fundar um organismo nacional único e forte para representar os trabalhadores. Na CONCLAT, reuniram-se 5 056 delegados de 1 091 entidades sindicais. Divergências ideológicas levaram à cisão da CONCLAT. Em 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, de tendência socialista. Reunindo elementos mais conciliadores, a CONCLAT transformou-se, em 1986, na Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT.

6.4 As Diretas Já



▲
Figura 20:
Manifestações a favor
das Diretas Já

Fonte: Disponível em republicaonline.org.br Acesso:
24 de jul. 2011.

Apesar de todas as manobras governistas para manter o controle político do país, o crescimento, o crescimento eleitoral da oposição desde 1974 e o fortalecimento dos movimentos populares (em especial o sindical) criaram condições para o surgimento de uma forte campanha em defesa da volta das eleições diretas no Brasil.

De acordo com a Constituição de 1967, as eleições para presidente da República deviam ser indiretas. Assim, as eleições diretas só poderiam acontecer caso fosse aprovada no Congresso uma emenda constitucional. A proposta dessa emenda foi apresentada ao Congresso pelo deputado do PMDB, Dante de Oliveira, em março de 1983.

A chamada Emenda Dante de Oliveira recebeu o apoio dos mais diversos setores organizados da sociedade civil e de vários políticos. Para pressionar outros deputados a aprovar a emenda, uma frente formada pelos partidos de oposição passou a organizar campanhas para mobilizar a população em prol das eleições diretas.

As grandes cidades brasileiras apresentaram comícios monstros com a presença de políticos, intelectuais e artistas, todos na luta pelas Diretas Já.

6.5 O Colégio Eleitoral

Em 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso, que manteve a escolha do sucessor do general João Figueiredo pela via indireta, por meio de um Colégio Eleitoral, como estava previsto na Constituição de 1967.

Aureliano Chaves, dissidente do PDS, e José Sarney, duramente atacado por Paulo Maluf, uniram-se formando o PFL, o Partido da Frente Liberal. Em julho de 1984, setores do que viria a ser o PFL e o PMDB se uniram, formando a chamada Aliança Democrática. Foi lançado o nome de Tancredo Neves como candidato indireto à presidência da República por esta coligação. Tancredo Neves, político moderado do PMDB, agradava tanto aos setores conservadores quanto aos mais progressistas. Pelos acordos firmados na Aliança Democrática, José Sarney foi indicado candidato indireto à vice-presidência da República.

Em janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, que não teve a participação de membros do Partido dos Trabalhadores, que eram contrários à eleição indireta, elegeu a chapa Tancredo-Sarney. Iniciava-se a chamada Nova República.

BOX 3

"A proposta das Diretas Já! representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com a Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.

O regime militar não tinha nem recursos nem projetos para crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se, de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas. Para muitos, inclusive os atores militares, entre 1981 e 1983 Figueiredo foi atingido por inúmeras vicissitudes em face das quais não soube reagir: o atentado do Riocentro, a demissão de Golbery do Couto e Silva e o seu próprio infarto. Seu retorno ao poder foi constrangedor diante das hipóteses de renúncia em favor do atuante vice-presidente, Aureliano Chaves, um homem liberal voltado para a transição nos moldes Geisel-Golbery. Para piorar o quadro, o presidente foi tomado de depressão persecutória, particularmente em relação ao vice-presidente, e deixou-se enredar pelas intrigas áulicas dos generais Medeiros e Newton Cruz, além dos velhos companheiros do SNI.

Foi nesse clima que se organizou a transição final entre a ditadura e um regime democrático-representativo, num momento em que o governo perdia toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura".

FERREIRA, Jorge. Crise da ditadura militar e processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 273.

DICAS

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. MARTINEZ, Paulo.

Direitos de cidadania. São Paulo: Scipione, 1994. NAPOLITANO, Marcos. **A crise do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ática, 1997.

Referências

FERREIRA, Jorge. Crise da ditadura militar e processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 273.